

Ata da 1ª (primeira) reunião ordinária do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Guaxupé, Minas Gerais. Aos 17 (dezesete) dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesete, às 9:00h (nove horas), reuniram-se na sede do CDMPHC (localizada no Museu Municipal – Rua Cel. Antônio Costa, 55 (cinquenta e cinco)), os membros do CDMPHC/Guaxupé, a saber: a presidente do Conselho, Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas (membro efetivo); Elza de Mesquita (membro efetivo); Angélica Araújo Dias Prado (membro efetivo); Eliton Israel Pereira (membro efetivo); Denise Fátima Mariano dos Santos (membro efetivo); Marcos D. G. David (membro suplente); Inácio Walacy Abrantes de Sales (membro suplente); Cassiano da Silva (membro suplente); Marília Fernandes Gonçalves (membro suplente), Renata Martins de Oliveira (membro efetivo) e Alessandra Gomes da Silva dos Santos (membro efetivo). Todos os conselheiros foram devidamente convocados por *WhatsApp* e e-mail (mediante confirmação de recebimento) para esta reunião, que atingiu, portanto, o *quórum* estabelecido pelo regimento do Conselho. A presidente, Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas agradeceu a presença de todos e fez a leitura da Ata da reunião anterior, que foi assinada por todos os presentes. Em seguida, a presidente Ana Mascarenhas apresentou a pauta para aprovação: **a) Pedido de tombamento de imóvel particular situado na Praça Américo Costa, nº 79; b) Processo de tombamento do Palácio das Águias/ Casa dos Elefantes; c) Pedido de manutenção no piso da Praça Américo Costa; d) Intervenção na Igreja Presbiteriana; e) Valor de repasse ao Núcleo dos Orquidófilos; f) Pedido de demolição de imóvel situado na Praça Américo Costa, nº 231; g) Outras questões a critério dos Conselheiros/ informes diversos.** Aprovada a pauta a presidente deu início às discussões. **a) Pedido de tombamento de imóvel particular situado na Praça Américo Costa, nº 79;** A presidente solicitou ao historiador e conselheiro Marcos David que apresentasse o imóvel e descrevesse sua relevância para o patrimônio histórico e cultural de Guaxupé. De posse da palavra, o historiador fez a apresentação solicitada, mencionando a necessidade de manutenção da memória da família Monteiro. Colocada a solicitação em votação, por unanimidade os conselheiros deliberaram pela abertura do processo de tombamento do imóvel localizado na Praça Américo Costa, nº 79, Centro, na cidade de Guaxupé. **b) Processo de tombamento do Palácio das Águias/ Casa dos Elefantes;** Seguindo a pauta, a presidente relatou aos presentes o estado precário em que se encontra o Palácio das Águias, que, com o período de chuvas, está com processo de ruínas ainda mais acelerado. Informou que oficiou a Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano solicitando a elaboração dos laudos e documentação técnica para finalizar o processo de

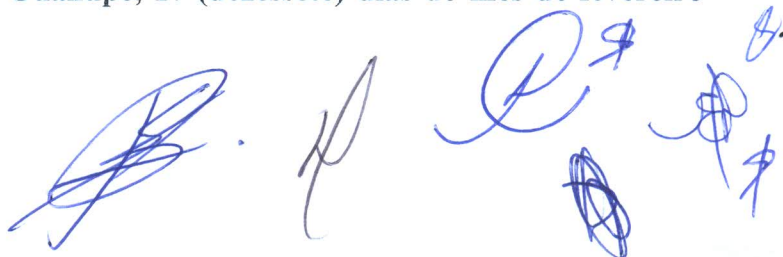



tombamento. Informou ainda que até o momento não teve resposta. A conselheira Marília sugeriu a contratação de empresa para fazer as medições e elaborar os laudos. Mencionou que não é uma demanda cara, considerando o benefício agregado. Marcos David lembrou que o Conselho já aprovou o tombamento e que, o processo só não foi finalizado porque faltam os documentos solicitados à Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano. A presidente informou que entrou em contato com uma empresa de referência nacional no tipo de intervenção que o Palácio das Águias requer, a Brasil Arquitetura. Disse que questionou os responsáveis pela empresa sobre a possibilidade de realizarem um diagnóstico no bem referido. A conselheira Marília sugeriu que não seja solicitado um diagnóstico, mas um projeto de intervenção que possa ser agregado ao processo de tombamento. A conselheira Alexandra lembrou que trata-se de um processo bastante burocrático, pois em um processo licitatório pode não ser a empresa contatada a ganhar. A presidente agradeceu as contribuições, informando que irá reiterar o pedido da documentação que falta para a finalização do processo de tombamento do Palácio das Águias à Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano. **c) Pedido de manutenção no piso da Praça Américo Costa;** A presidente apresentou aos conselheiros o pedido de manutenção no piso da Praça da Catedral, informando que a solicitante foi interrogada em um jornal televisivo local, onde relatou sua preocupação com o estado de conservação do calçamento da praça. O conselheiro e secretário de obras e desenvolvimento urbano informou que já existe um projeto de intervenção na praça. Informou ainda que a Secretaria irá realizar a manutenção das pedras e apresentar um projeto contemplando novo uso para banheiros e outros interesses para o local. Solicitou aos conselheiros que aguardem a apresentação do projeto. **d) Intervenção na Igreja Presbiteriana;** A conselheira Denise apresentou o projeto de intervenção na Igreja Presbiteriana. Apresentou imagens que registraram as intervenções já realizadas para garantir segurança e solicitou apreciação dos conselheiros. A presidente colocou o projeto em votação, sendo o resultado, por unanimidade, a aprovação. A presidente ressaltou a importância do acompanhamento dos historiadores do município à intervenção, não só com o fito de fiscalizar, mas também para registrar as intervenções. **e) Valor de repasse ao Núcleo dos Orquidófilos;** O conselheiro Cassiano pediu a palavra e informou que o consultor, Sr. Platiny, sugeriu que toda a verba destinada ao Núcleo dos Orquidófilos saísse do FUNPATRI. Colocada a proposta em votação, por unanimidade foi acatada, ficando o Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural de Guaxupé responsável único pelas verbas repassadas ao Núcleo dos Orquidófilos. **f) Pedido de demolição de imóvel situado na Praça Américo Costa, nº 231;** A presidente apresentou o pedido de demolição de imóvel situado na Praça



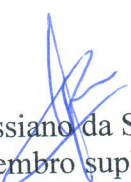
Américo Costa, nº 231, ressaltando que trata-se de imóvel localizado no entorno de bem tombado, a Catedral Nossa Senhora das Dores e, portanto, sujeito às restrições impostas pela legislação. A presidente Ana Mascarenhas solicitou ao conselheiro e historiador Marcos David que apresentasse o resultado de uma vistoria que realizou no local, a seu pedido, para subsidiar a deliberação do Conselho. A presidente havia solicitado ao historiador que realizasse vistoria no imóvel, de maneira a verificar se há elementos arquitetônicos ou de valor histórico e cultural que impliquem na obrigatória preservação. Realizada a vistoria, o historiador relatou que a fachada do imóvel, localizada na Área de Entorno do bem tombado Catedral Nossa Senhora das Dores, mantém suas características arquitetônicas originais. Informou ainda que a parte interna do imóvel não possui elementos com características históricas e culturais que exijam preservação. A conselheira Marília mostrou-se favorável à demolição, desde que a volumetria seja mantida. Ressaltou que, para aprovar o projeto futuramente desenvolvido para a edificação no local, tal projeto deverá estar vinculado às regras constantes na Lei de Uso e Ocupação do Solo. A conselheira Renata alertou que o projeto futuro também deverá passar pelo Conselho. O conselheiro e secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano, Sr. Eliton, informou que o projeto futuro deverá observar o que determina o Plano Diretor Municipal e a Lei de Uso e Ocupação do Solo. A presidente colocou a demanda em votação e, por unanimidade, os membros efetivos deliberaram no sentido de deixar à critério dos proprietários a decisão de manter ou demolir o imóvel, desde que, qualquer que seja a intervenção, seja a fachada do imóvel, localizada na praça Américo Costa, nº 231 totalmente preservada e restaurada para sanar as intervenções indevidas que foram realizadas. Decidiu-se ainda que, qualquer que seja o projeto de intervenção para o referido espaço, este deverá observar rigorosamente a volumetria estabelecida na Lei de Uso e Ocupação do Solo, no Plano Diretor Municipal e legislação de proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural. Ainda, o Conselho orientou, em cumprimento à legislação municipal de proteção ao patrimônio histórico e cultural que o projeto futuro de intervenção no referido espaço seja submetido à apreciação deste Conselho, para que todo o processo de intervenção seja documentado, registrado e justificado na Ficha de Inventário do imóvel. g)

Outras questões a critério dos Conselheiros/ informes diversos. A presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pela Presidente que dirigiu os trabalhos, a redigiu e lavrou; e pelos que estiveram presentes na qualidade de conselheiros. **Guaxupé, 17 (dezessete) dias do mês de fevereiro de 2017 (dois mil e dezessete).**

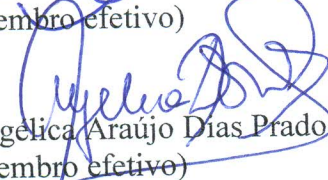




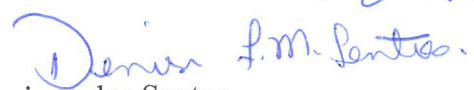
Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas
(membro efetivo)



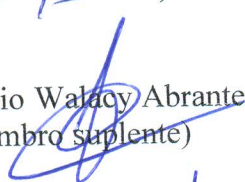
Cassiano da Silva
(membro suplente)



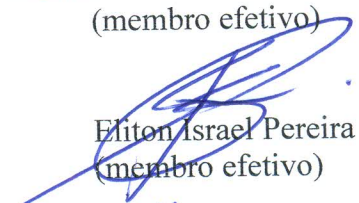
Angelica Araujo Dias Prado
(membro efetivo)



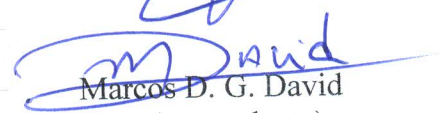
Denise F. Mariano dos Santos
(membro efetivo)



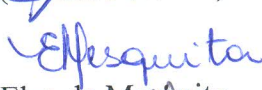
Inacio Walacy Abrantes de Sales
(membro suplente)



Eilton Israel Pereira
(membro efetivo)

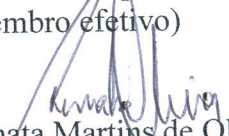


Marcos D. G. David
(membro suplente)

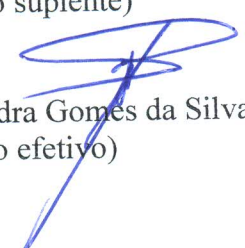


Elza de Mesquita
(membro efetivo)

Marília Fernandes Gonçalves
(membro suplente)



Renata Martins de Oliveira
(membro efetivo)




Alexandra Gomes da Silva dos Santos
(membro efetivo)

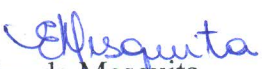
Ata da 2ª (segunda) reunião ordinária do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Guaxupé, Minas Gerais. Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e dezessete, às 14:00h (quatorze horas), reuniram-se na sede do CDMPHC (localizada no Museu Municipal – Rua Cel. Antônio Costa, 55 (cinquenta e cinco)), os membros do CDMPHC/Guaxupé, a saber: a presidente do Conselho, Sr^a. Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas (membro efetivo); Sr^a. Angélica Araújo Dias Prado (membro efetivo); Sr^a. Elza de Mesquita (membro efetivo); Sr. Eliton Israel Pereira (membro efetivo); Sr. Marcos Donizete Gomes David (membro suplente e historiador); Sr^a. Renata Martins de Oliveira (membro efetivo); Sr^a. Denise Fátima Mariano dos Santos (membro efetivo). Todos os conselheiros foram devidamente convocados por telefone e e-mail para esta reunião, que atingiu, portanto, o *quórum* estabelecido pelo regimento do Conselho. A presidente, Sr^a. Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas agradeceu a presença de todos e fez a leitura da Ata da reunião anterior, que foi assinada por todos os presentes. Em seguida, a Sra. Ana Mascarenhas apresentou a pauta única para aprovação: **Discussão e Aprovação da aplicação do FUNPATRI.** Aprovada a pauta a presidente deu início às discussões: **Discussão e Aprovação da aplicação do FUNPATRI;** A presidente Sr^a Ana Mascarenhas passou a palavra ao Sr. Marcos Donizete David que explicou para os presentes o que é o FUNPATRI. Informou o conselheiro que trata-se de um fundo de onde provem os recursos necessários para a preservação do patrimônio histórico municipal. Ainda segundo Sr. Marcos David, esses recursos são provenientes do ICMS Patrimônio Cultural, que o Estado de Minas Gerais distribui entre os municípios mineiros, que para terem acesso a tais recursos, necessitam desenvolver todo um trabalho na área de conservação de seus patrimônios. Após a explicação e devolvida a palavra à presidente, esta leu o Plano de Aplicação do Recursos do Fundo Municipal do Patrimônio Histórico de Guaxupé (FUNPATRI) a ser implementado no ano vigente. Consta do referido plano: **a) Investimentos em conservação e proteção (restauração) em bens tombados, a saber: Antiga Agência do Banco do Brasil (atual prédio da Prefeitura Municipal) e Antigo Hotel Cobra (atual Teatro Municipal); b) Investimentos na manutenção anual do relógio da Catedral Nossa Senhora das Dores (bem tombado); c) Investimento em segurança eletrônica instalada em prédios tombados; d) Investimentos realizados em cumprimento ao Plano de Salvaguarda e na Exposição Nacional de Orquídeas de Guaxupé (bem imaterial registrado); e) Investimentos em ações de Difusão do Patrimônio Histórico e Cultural de Guaxupé (Comenda Dr. Juquita 2017); f) Investimentos em contratação de empresa de consultoria na área de ICMS Cultural.** Todos os membros presentes foram favoráveis ao plano exposto (cópia anexa) e o aprovaram em votação por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pela Presidente, que dirigiu os trabalhos, e pelo historiador que a redigiu e lavrou; e pelos que estiveram presentes na qualidade de conselheiros. **Guaxupé, 16 (dezesseis) dias do mês de março de 2017 (dois mil e dezessete).**

Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas
(membro efetivo)


Renata Martins de Oliveira
(membro efetivo)



Angélica Araújo Dias Prado
(membro efetivo)

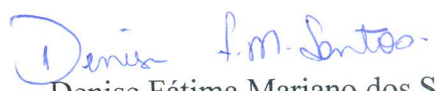


Elza de Mesquita
(membro efetivo)

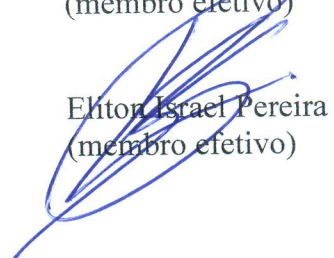


Marcos D. G. David
(membro suplente)

X



Denise Fátima Mariano dos Santos
(membro efetivo)



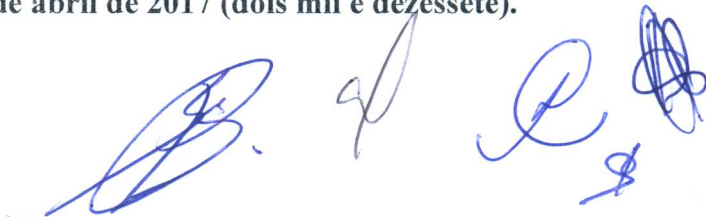
Elton Israel Pereira
(membro efetivo)


Ata da 3ª (terceira) reunião ordinária do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Guaxupé, Minas Gerais. Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 9:00h (nove horas), reuniram-se na sede do CDMPHC (localizada no Museu Municipal – Rua Cel. Antônio Costa, 55 (cinquenta e cinco)), os membros do CDMPHC/Guaxupé, a saber: a presidente do Conselho, Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas (membro efetivo); Angélica Araújo Dias Prado (membro efetivo); Eliton Israel Pereira (membro efetivo); Denise Fátima Mariano dos Santos (membro efetivo); Marcos D. G. David (membro suplente); Inácio Walacy Abrantes de Sales (membro suplente); Cassiano da Silva (membro suplente); Marília Fernandes Gonçalves (membro suplente), Renata Martins de Oliveira (membro efetivo) e Alessandra Gomes da Silva dos Santos (membro efetivo). Todos os conselheiros foram devidamente convocados por *WhatsApp* e e-mail (mediante confirmação de recebimento) para esta reunião, que atingiu, portanto, o *quórum* estabelecido pelo regimento do Conselho. A presidente, Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas agradeceu a presença de todos e fez a leitura da Ata da reunião anterior, que foi assinada por todos os presentes. Em seguida, a presidente Ana Mascarenhas apresentou a pauta para aprovação: **a) Reiteração de pedido de arquiteto especializado (análise do Processo Tiradentes, 41); b) Indicações para Comenda Dr. Juquita; c) Manutenção e funcionamento do sino da Catedral; d) Processos de tombamento em curso; e) Projeto luminotécnico para bens tombados; f) Outras questões a critério dos Conselheiros/ informes diversos.** Aprovada a pauta a presidente deu início às discussões. **a) Reiteração de pedido de arquiteto especializado (análise do Processo Tiradentes, 41);** A presidente apresentou aos conselheiros sua preocupação com a demora na solução da demanda encaminhada a este r. Conselho pelos proprietários do imóvel localizado na Rua Tiradentes, nº 41, Centro, Guaxupé. A conselheira Marília sugeriu que o ideal era ficar um profissional à disposição das demandas do Conselho, mas talvez isso não seja possível. A presidente questionou os conselheiros sobre a aprovação de pedido de contratação de profissional, o que foi prontamente recepcionado pelos presentes. **b) Indicações para Comenda Dr. Juquita;** A presidente passou a indagar os conselheiros presentes sobre os nomes a serem indicados pelo Conselho para receberem a Comenda Dr. Juquita no dia 30 de junho, instituída pela Lei Decreto nº 1729/2006 em comemoração ao Dia do Patrimônio Histórico e Cultural de Guaxupé. Sugeridos vários nomes, os conselheiros definiram pelos seguintes: o apresentador de TV Milton Neves, o empresário responsável pela Expoagro, Sr. Mário Guilherme (Maé), o escritor Sr. Venerando Vieira Ribeiro, a artista plástica Léa Cury, o ator Pedro Lemos, a colunista Rosângela Felipe, as cantoras do grupo “A 4 vozes” e o



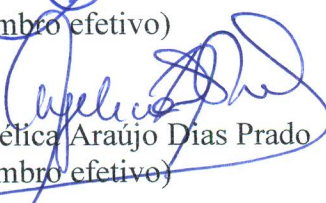
Núcleo dos Orquidófilos de Guaxupé pelos 65 anos de Festa das Orquídeas, pelo terceiro ano consecutivo a maior Festa das Orquídeas do Brasil. Quanto à Moção de Aplauso, os proprietários indicados pela preservação de seus imóveis antigos foram: pelo imóvel localizado na Travessa João Cruvinel nº 21 (Camisaria Braga), Sra. Wanda Paschoalina Adami; pelo imóvel localizado na Av. Dr. João Carlos nº 188, Sr. Otto Vilas Boas; pelo imóvel localizado na Rua Dona Delfina nº 610 (Igreja São José Operário), Padre Edson; pelo imóvel localizado na Rua Tiradentes nº 133, Sra. Marina Ribeiro do Valle Furlan; pelo imóvel localizado na Rua Coronel Joaquim Costa nº 88, Sra. Mônica Magalhães do Valle; pelo imóvel localizado na Rua Francisco Vieira do Valle nº 188, Sr. Márcio Bertocco; pelo imóvel localizado na Rua José Costa Monteiro nº 37, Sra. Maria de Lourdes da Silva; pelo imóvel localizado na Rua Francisco Vieira do Valle nº 71 (Casa da Saúde), Sr. Jamil Abraão Jorge; pelo imóvel localizado na Travessa Teófilo Carloni nº 22 (Casa do Papai Noel), Sra. Dilce Salgado e Sr. Rubens Salgado. **c) Manutenção e funcionamento do sino da Catedral;** A presidente passou a informar os presentes sobre a reclamação de alguns vizinhos da Catedral, que foram, inclusive, à uma rede televisiva local, reclamar do incômodo provocado pelas badaladas do sino da Catedral. Afirmou a presidente que trata-se de uma questão de interesse do Conselho, uma vez que a Catedral é bem tombado e a manutenção do relógio é custeada pelo FUNPATRI. Todos concordaram e a presidente comprometeu-se a conversar pessoalmente com o Padre responsável pela Catedral para tratar do assunto. **d) Processos de tombamento em curso;** A presidente solicitou ao historiador que informasse aos conselheiros quais eram os processos de tombamento em curso. O historiador Marcos David, de posse da palavra informou: imóvel localizado na Rua Mariana, nº 11 (Casa Vermelha), imóvel localizado na Praça Antônio Costa, nº 79, imóvel localizado na Praça Américo Costa, nº 88 (Castelinho) e Imóvel localizado na Rua Pereira do Nascimento 104 e 108 (Complexo Palácio das Águias / Casa dos Elefantes); **e) Projeto luminotécnico para bens tombados;** A presidente, Sr^a Ana Mascarenhas, apresentou aos conselheiros a proposta de o FUNPATRI custear um projeto luminotécnico para todos os bens tombados do município. A proposta foi elogiada e por unanimidade aceita. A conselheira Denise Santos comprometeu-se a iniciar o processo, levantando os custos dessa ação. **f) Outras questões a critério dos Conselheiros/informes diversos.** A presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pela Presidente que dirigiu os trabalhos, a redigiu e lavrou; e pelos que estiveram presentes na qualidade de conselheiros.

Guaxupé, 28 (vinte e oito) dias do mês de abril de 2017 (dois mil e dezessete).

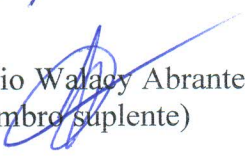





Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas
(membro efetivo)



Angélica Araújo Dias Prado
(membro efetivo)




Inácio Walacy Abrantes de Sales
(membro suplente)

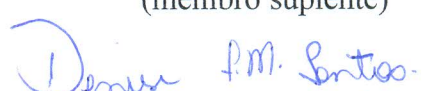


Marcos D. G. David
(membro suplente)

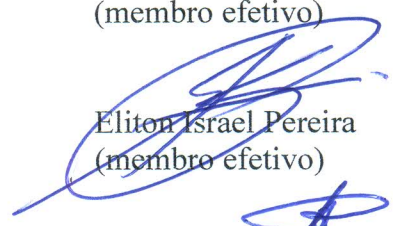
Marília Fernandes Gonçalves
(membro suplente)




Cassiano da Silva
(membro suplente)



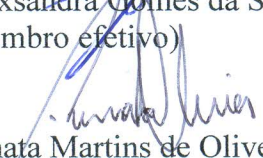
Denise F. Mariano dos Santos
(membro efetivo)



Eliton Israel Pereira
(membro efetivo)



Alessandra Gomes da S dos Santos
(membro efetivo)



Renata Martins de Oliveira
(membro efetivo)

Ata da 4ª (quarta) reunião ordinária do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Guaxupé, Minas Gerais. Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de julho de dois mil e dezessete, às 9:00h (nove horas), reuniram-se na sede do CDMPHC (localizada no Museu Municipal – Rua Cel. Antônio Costa, 55 (cinquenta e cinco)), os membros do CDMPHC/Guaxupé, a saber: a presidente do Conselho, Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas (membro efetivo); Angélica Araújo Dias Prado (membro efetivo); Eliton Israel Pereira (membro efetivo); Denise Fátima Mariano dos Santos (membro efetivo); Marcos D. G. David (membro suplente); Inácio Walacy Abrantes de Sales (membro suplente); Cassiano da Silva (membro suplente); Renata Martins de Oliveira (membro efetivo) e Fernanda Araújo (consultora da Empresa Valore). Todos os conselheiros foram devidamente convocados por *WhatsApp* e e-mail (mediante confirmação de recebimento) para esta reunião, que atingiu, portanto, o *quórum* estabelecido pelo regimento do Conselho. A presidente, Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas agradeceu a presença de todos e fez a leitura da Ata da reunião anterior, que foi assinada por todos os presentes. A presidente apresentou aos conselheiros a consultora Fernanda Araújo, representante da empresa Valore – assessoria e consultoria técnica na área de patrimônio cultural. Aproveitou a oportunidade, a presidente, para agradecer a contratação de referida consultoria. Em seguida, a presidente Ana Mascarenhas apresentou a pauta para aprovação: **a) Projeto de Demolição (Ofício 063/2017); b) Fiscalização e fotos referentes ao Projeto de Demolição; c) Demolição da “Casa Rosa”, na Avenida Conde Ribeiro do Vale); d) 65 anos da Festa das Orquídeas; e) Impressora para o Museu; f) Pendência com arquiteto José Eduardo Mazzilli; g) Apresentação da Valore, assessoria e consultoria técnica na área de patrimônio cultural; e f) Outras questões a critério dos Conselheiros/ informes diversos.** Aprovada a pauta a presidente deu início às discussões. **a) Projeto de Demolição (Ofício 063/2017); b) Fiscalização e fotos referentes ao Projeto de Demolição;** A presidente, Srª Ana Mascarenhas, pediu licença aos conselheiros para tratar conjuntamente dos dois primeiros itens da pauta em conjunto, por tratar-se do mesmo imóvel, o que todos concordaram. A presidente informou que recebeu, no mesmo ato, os ofícios 063/2017 e 070/2017, onde o primeiro solicitava autorização para demolição de imóvel no entorno de bem tombado e, o segundo ofício, tratava da conclusão da demolição realizada. Externou a presidente, sua indignação com tal fato, lembrando situações semelhantes, onde primeiro foi realizada a demolição para, somente depois, a solicitação de autorização para tal chegar ao Conselho. O historiador Marcos David informou que na gestão do presidente do Conselho Cláudio Police Spiguel, houve a discussão sobre a demolição do referido imóvel, localizado na Rua



Aparecida, nº 307, Centro. A discussão sobre a demolição do imóvel foi retomada e realizada antes de chegar ao Conselho. Ressaltou ainda o r. historiador, que a cobrança do Conselho é para que a informação chegue antes da execução ao Conselho, pois no caso em tela, os conselheiros não sabiam que o imóvel seria demolido. A conselheira Renata informou que, depois que o Corpo de Bombeiros se instalou em Guaxupé, nenhuma edificação é autorizada sem antes toda a documentação exigida ser apresentada, alertando que as autorizações para demolições também deveriam estar vinculadas à apreciação deste r. Conselho. A consultora Fernanda Araújo orientou que o proprietário seja informado que deveria ter esperado o parecer do Conselho do Patrimônio. A conselheira Denise Santos informou que o proprietário será informado sobre as diretrizes para construção como volumetria e demais normas do Código e Obras e Plano Diretor Municipal. A conselheira Renata Oliveira ressaltou a importância de orientar o proprietário sobre as limitações impostas ao entorno de bem tombado, uma vez que o imóvel se encontra na Praça Dr. Francisco Lessa, onde está o bem tombado Obelisco em homenagem aos expedicionários guaxupeanos que lutaram na II Guerra Mundial. A consultora Fernanda Araújo lembrou que um parecer de quem é de fora poderia ter mais efeito. Renata Oliveira lamentou não haver uma lei mais rígida, lembrando a construção de um prédio na esquina da Praça Dr. Fernando Lessa (esquina da Unimed). A presidente, Ana Mascarenhas, solicitou à consultora Fernanda Araújo que encaminhasse aos setores responsáveis o parecer do Conselho sobre esta questão. A consultora concordou, ressaltando a importância da divulgação do Plano de Inventário.

c) Demolição da “Casa Rosa”, na Avenida Conde Ribeiro do Vale);

A presidente lamentou mais uma demolição de casa antiga no município, referindo-se à “Casa Rosa”, na Avenida Conde Ribeiro do Vale, próximo ao CNA. Solicitou à conselheira Denise Santos que, rigorosamente, seja realizado o registro histórico dos imóveis, antes de sua demolição, ainda que estes não estejam contemplados no Plano de Inventário, isto porque, segundo a presidente, seria uma forma de registrar ao longo dos tempos as mudanças por que tem passado a cidade de Guaxupé.

d) 65 anos da Festa das Orquídeas;

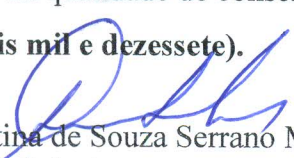
A presidente lembrou os conselheiros que a Festa das Orquídeas este ano completou 65 (sessenta e cinco) anos e, sendo um dos bens imateriais registrados, merece da parte do Conselho uma atenção especial. Sugeriu a presidente que seja editado um livro como marco comemorativo. A conselheira Angélica Prado solicitou o descritivo e 3 (três) orçamentos para iniciar o processo licitatório. O conselheiro Marcos David comprometeu-se a elaborar tal descritivo. Todos os conselheiros concordaram com a iniciativa.

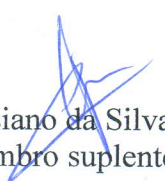
e) Impressora para o Museu;

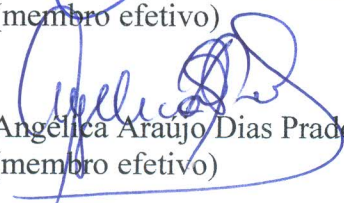
A presidente passou a palavra ao historiador e conselheiro Marcos David, que solicitou uma impressora com tinta colorida para o Museu.



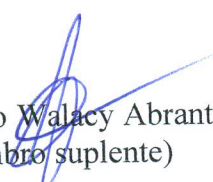
Justificou a solicitação lembrando que em novembro aumenta consideravelmente a demanda de impressões, pois é o período de finalização da preparação dos documentos que são enviados ao IEPHA, reforçou que a documentação deve ter impressão com qualidade e as imagens devem ser coloridas. A conselheira Angélica Prado informou que recebeu orientação do CPD que encaminhariam a impressora com tinta colorida solicitada. O conselheiro e historiador Marcos David reforçou que a partir de Agosto era importante a impressora já estar disponível no Museu. A conselheira Angélica Prado comprometeu-se a tratar do assunto. **f) Pendência com arquiteto José Eduardo Mazzilli;** A presidente Ana Mascarenhas lamentou que ainda exista uma pendência de pagamento ao Arquiteto José Eduardo Mazzilli, profissional que elaborou as plantas da Catedral Nossa Senhora das Dores, bem tombado, quando faltava referida documentação para ser encaminhada ao IEPHA como requisito para consolidar o tombamento. Informou a presidente que o arquiteto, profissional que presta serviços para a Catedral, apressou-se em providenciar a documentação, acreditando que o Conselho o pagaria posteriormente. Entretanto, deveria ter ocorrido um processo licitatório para a contratação de profissional para elaborar as plantas da Catedral. Depois de realizado o trabalho, informou a presidente que não há como efetuar o pagamento. O historiador e conselheiro Marcos David informou que pesquisou situações correlatas e verificou que apenas judicialmente o arquiteto poderia receber pelo serviço prestado. A presidente informou que orientaria o profissional neste sentido. **g) Outras questões a critério dos Conselheiros/informes diversos.** A conselheira Denise Santos informou os conselheiros que a empresa contratada para realizar a reforma nos telhados dos bens tombados Teatro Municipal e Prédio da Prefeitura, estaria apresentando problemas. Informou ainda que a execução poderia ser interrompida, caso as irregularidades não fossem sanadas. A conselheira Denise Santos solicitou ainda à consultora Fernanda Araújo o acompanhamento e a cobrança de prestação de contas, o que a consultora prontamente se comprometeu a fazer. A presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pela Presidente que dirigiu os trabalhos, a redigiu e lavrou; e pelos que estiveram presentes na qualidade de conselheiros. **Guaxupé, 25 (vinte e cinco) dias do mês de julho de 2017 (dois mil e dezessete).**


Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas
(membro efetivo)

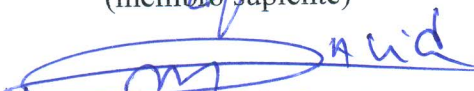

Cassiano da Silva
(membro suplente)


Angélica Araújo Dias Prado
(membro efetivo)


Denise F. Mariano dos Santos
(membro efetivo)



Inácio Walacy Abrantes de Sales
(membro suplente)




Marcos D. G. David
(membro suplente)

Fernanda Araújo
(consultora Valore)



Eilton Israel Pereira
(membro efetivo)



Renata Martins de Oliveira
(membro efetivo)

Ata da 5ª (quinta) reunião extraordinária do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Guaxupé, Minas Gerais. Aos 10 (dez) dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, às 14:00h (quatorze horas), reuniram-se na sede do CDMPHC (localizada no Museu Municipal – Rua Cel. Antônio Costa, 55 (cinquenta e cinco)), os membros do CDMPHC/Guaxupé, a saber: a presidente do Conselho, Sr^a. Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas (membro efetivo); Sr^a. Angélica Araújo Dias Prado (membro efetivo); Sr^a. Elza de Mesquita (membro efetivo); Sr. Eliton Israel Pereira (membro efetivo); Sr. Marcos Donizete Gomes David (membro suplente e historiador); Sr^a. Renata Martins de Oliveira (membro efetivo); Sr^a. Denise Fátima Mariano dos Santos (membro efetivo). Todos os conselheiros foram devidamente convocados por telefone e e-mail para esta reunião, que atingiu, portanto, o *quórum* estabelecido pelo regimento do Conselho. A presidente, Sr^a. Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas agradeceu a presença de todos e fez a leitura da Ata da reunião anterior, que foi assinada por todos os presentes. Em seguida, a Sra. Ana Mascarenhas apresentou a pauta para aprovação: **a) Tombamento do imóvel localizado na Rua Dona Mariana, nº 11, Centro, Guaxupé/MG – “Casa Vermelha”.** Aprovada a pauta a presidente deu início às discussões. O conselheiro e historiador Marcos David pediu a palavra e apresentou o processo de tombamento do referido imóvel. Disse se tratar de uma edificação conhecida como “Casa Vermelha”, construída, segundo pesquisa baseada em depoimentos de membros da Família Puntel, na década de 1930/1940. A edificação situa-se numa esquina, formando um ângulo reto, encravada em terreno em aclave, no centro da cidade, destacando-se na paisagem urbana pelos inúmeros elementos artísticos aplicados em suas fachadas. A Família Puntel proprietária da Firma de Construção Civil, *A Industrial*”, construiu inúmeros edifícios de arquitetura diferenciada em nossa cidade, a exemplo dessa edificação (inspirada na cultura europeia da época). A edificação foi construída para servir de residência para Tereza Puntel, primeira filha de seu construtor, o sr. Luiz Puntel. Durante mais de trinta anos que morou ali, Tereza Puntel, conservou a casa em sua concepção original. Depois com a transferência de seu marido para a cidade de Curvelo, Minas Gerais, a casa permaneceu um longo período fechada e sem uso. Em dois mil e dois, a casa foi adquirida pelo Sr. Fernando Pasqua (atual proprietário), Ao adquiri-la, e reconhecendo seu valor histórico e arquitetônico solicitou ao CDMPHC/Guaxupé seu tombamento que foi prontamente atendido. O processo foi iniciado em outubro de dois mil e cinco e concluído tempos depois, em julho de dois mil e seis, sem porém ser emitido Decreto de Homologação pelo prefeito da época. Nesse período a casa passou por uma restauração em sua pintura. Atualmente encontra-se funcionando em suas dependências um estabelecimento comercial. Finalizou o historiador. A presidente do CDMPHC/Guaxupé, Sra. Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas, agradeceu ao historiador e conselheiro Marcos David pelo resgate ao processo de tombamento do “Casa Vermelha”, iniciado em dois mil e cinco, e que somente agora será emitido novo pedido de Decreto de Homologação, caso seja aprovado pelos presentes. Os presentes deliberaram pela reiteração da aprovação do trabalho apresentado, e o **Tombamento do imóvel localizado na Rua Dona Mariana, nº 11, Centro, Guaxupé/MG – “Casa Vermelha”, foi aprovado por unanimidade.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pela Presidente que dirigiu os trabalhos e pelo historiador que a redigiu e lavrou; e pelos que estiveram presentes na qualidade de conselheiros. **Guaxupé, 10 (dez) dias do mês de agosto de 2017 (dois mil e dezessete).**

Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas
(membro efetivo)

Angélica Araújo Dias Prado
(membro efetivo)

Renata Martins de Oliveira
(membro efetivo)

Denise Fátima Mariano dos Santos
(membro efetivo)

Elza de Mesquita
Elza de Mesquita
(membro efetivo)

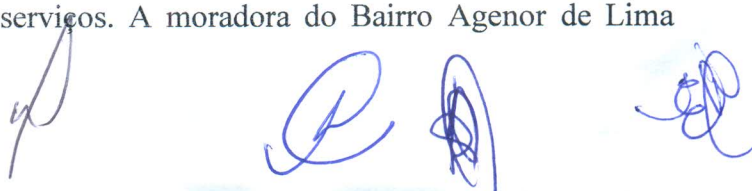
Eliton Israel Pereira
Eliton Israel Pereira
(membro efetivo)

Marcos D. G. David
Marcos D. G. David
(membro suplente)

Ata da 6ª (sexta) reunião ordinária do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Guaxupé, Minas Gerais. Aos 5 (cinco) dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às 9:00h (nove horas), reuniram-se na sede do CDMPHC (localizada no Museu Municipal – Rua Cel. Antônio Costa, 55 (cinquenta e cinco)), os membros do CDMPHC/Guaxupé, a saber: a presidente do Conselho, Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas (membro efetivo); Angélica Araújo Dias Prado (membro efetivo); Marcos D. G. David (membro suplente); Inácio Walacy Abrantes de Sales (membro suplente); Cassiano da Silva (membro suplente); Renata Martins de Oliveira (membro efetivo); Marília Fernandes Gonçalves (membro suplente), Elza de Mesquita (membro efetivo), Alexsandra Gomes Silva dos Santos (membro efetivo) e os convidados Arquiteta Thelma Marino de Jesus Teixeira, vereador e morador do Bairro Agenor de Lima João Fernando de Souza, moradores do Bairro Agenor de Lima Edgard e Sônia. Todos os conselheiros foram devidamente convocados por *WhatsApp* e e-mail (mediante confirmação de recebimento) para esta reunião, que atingiu, portanto, o *quórum* estabelecido pelo regimento do Conselho. A presidente, Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas agradeceu a presença de todos e fez a leitura da Ata da reunião anterior, que foi assinada por todos os presentes. Em seguida, a presidente Ana Mascarenhas apresentou a pauta para aprovação: **a) Intervenção em imóvel inventariado (Ofício 74/2017); b) Instalação de Torre de Telefonia em área de entorno de bem tombado (Parque da Mogiana); c) Grades da Câmara Municipal (antigo fórum) – Execução de sentença; d) Tombamentos em processo: Palácio das Águias e Casa Vermelha; e) Orientações do IEPHA quanto aos bens de interesse patrimonial de Guaxupé; f) Livro comemorativo dos 65 anos da Festa das Orquídeas; g) Evento para entrega de certificados das Companhias de Folias de Reis (bem registrado - estadual); h) Cadastro dos tocadores e fazedores de Viola (bem registrado – estadual); i) Projeto luminotécnico; j) Consultoria Valore; k) Intervenção em túmulo centenário; e l) Outras questões a critério dos Conselheiros/ informes diversos.** Aprovada a pauta a presidente deu início às discussões. **a) Intervenção em imóvel inventariado (Ofício 74/2017);** A presidente Ana Mascarenhas apresentou aos conselheiros o projeto anexo ao Ofício 74/2017, referente à intervenção no imóvel localizado na Rua Padre João José, nº 304, Centro. Em seguida, a presidente passou a palavra à arquiteta responsável pelo projeto, Sr^a Thelma Marino de Jesus Teixeira, que passou a esclarecer o teor das intervenções aos conselheiros. Explicou a arquiteta que haveria algumas adequações internas, sempre preservando os elementos arquitetônicos originais e haveria uma alteração na fachada para viabilizar a utilização de garagem. Durante toda a apresentação, a arquiteta fez referência

à sua preocupação com a preservação do patrimônio. Informou ainda que o desenho final ficou praticamente igual ao que é hoje o imóvel ou o máximo possível parecido. A presidente agradeceu a apresentação e lembrou que intervenções são necessárias para manter o bem tombado e devem levar em consideração o cumprimento da função social do imóvel, bem como a preservação do bem de interesse ao patrimônio histórico e cultural de Guaxupé. O historiador e conselheiro Marcos David ressaltou a posição estratégica da casa dentro do terreno, comentou ainda a vista que se tem da sacada do imóvel. A arquiteta Thelma mostrou a foto do desenho de como ficaria o projeto executado, ressaltando que as intervenções são de baixo impacto. A conselheira Renata Oliveira lembrou que é conservadora e que, por ela, não haveriam mudanças, mas neste caso, imperaria também a segurança dos moradores. O historiador e conselheiro Inácio Sales não viu no projeto oposição à sua execução. A conselheira Marília Gonçalves solicitou uma imagem no projeto apresentado, isso para deixar o Conselho resguardado sobre a intervenção que estaria aprovando. A presidente Ana Mascarenhas questionou a arquiteta sobre a possibilidade de apresentar o desenho solicitado, ao que a arquiteta justificou não tê-lo no momento, mas comprometeu-se a enviar ao Conselho. A presidente deixou de colocar o item da pauta em votação, suspendendo a deliberação até que o desenho solicitado seja apresentado. A presidente agradeceu a presença da arquiteta, deixando-a livre para permanecer na reunião ou não, a seu critério. **b) Instalação de Torre de Telefonia em área de entorno de bem tombado (Parque da Mogiana);** A presidente agradeceu a presença dos moradores do Bairro Agenor de Lima, João Fernando, Edgard e Sônia. Apresentou aos conselheiros a solicitação dos moradores para retirada da Antena de telefonia (Claro) que fora apresentada na Câmara dos Vereadores e encaminhada ao Prefeito do município. Alertou a presidente que referida antena está instalada na Rua Sebastião Pinto Ribeiro, no Bairro Agenor de Lima, na área de entorno de bem tombado, o Parque da Mogiana e que, portanto, o projeto de instalação deveria, obrigatoriamente, ter passado pelo Conselho do Patrimônio. A presidente Ana Mascarenhas solicitou ao historiador e conselheiro Marcos David que apresentasse o processo de tombamento do Parque da Mogiana e sua área de entorno. Lembrou a presidente que a ampliação da área de entorno foi homologada por Decreto no mês de abril deste ano e deveria ter sido observada antes da instalação. O historiador apresentou a área de entorno e foi confirmado que a antena foi instalada dentro deste perímetro, constituindo grave irregularidade, nos termos da legislação municipal de proteção ao patrimônio histórico. O historiador informou ainda que fotografou a antena e ela seria, de fato, bastante invasiva. A conselheira Angélica Prado concordou que a antena é invasiva e que se assustou quando abriu a janela de seu gabinete e deparou-se com a

visão da antena. Os moradores Edgard e Sônia relataram que a instalação ocorreu de forma rápida. O historiador Marcos David informou que pesquisou sobre o assunto e encontrou muitas controvérsias e muitos absurdos sobre o assunto. O moradora Edgard lamentou que o mundo capitalista sobreponha seus interesses aos interesses da coletividade, ressaltando a importância de se analisar e questionar a situação, pois há relatos de pesquisadores, como na Unicamp, onde se afirmaria que a radiação emitida por tais antenas seria prejudicial à saúde dos moradores afetados. A conselheira Marília comentou não ter informações sobre a existência de lei municipal que discipline a instalação de antenas. A presidente reforçou que haveria sim uma lei federal, a Lei das Antenas, Lei 13.116/2015 (treze mil, cento e dezesseis de dois mil e quinze), que disciplinaria as regras gerais, cabendo ao município legislar sobre as regras específicas, sempre observando a lei geral. O vereador João Fernando informou que foram enviados ofícios à prefeitura, exigindo que a autorização passasse antes por discussão na Câmara, entretanto, não teve êxito em suas iniciativas. Lamentou o vereador a ausência do conselheiro e Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano, Eliton Pereira, pois julga ser importante ouvir as explicações sobre a autorização concedida para a instalação da referida antena. Comentou ainda o vereador que estaria preocupado com a possível instalação de antenas em vários outros pontos da cidade. A conselheira Renata Oliveira esclareceu que é preciso fazer uma análise, uma medição quantitativa dos malefícios causados pelas ondas emitidas pela antena. Completou a conselheira que, em seu entendimento, se a antena estivesse longe da população, não haveria problema com sua instalação. Ressaltou ainda que os moradores estariam preocupados, mas acredita que os responsáveis pela instalação estariam informados sobre os critérios de segurança. A presidente Ana Mascarenhas orientou que, não havendo certeza científica sobre os malefícios causados pela irradiação da antena de telefonia, pelo Princípio da Precaução, deve-se optar pela não instalação da antena. A conselheira Marília exemplificou as restrições, referindo-se às exigências de área mínima de proteção dos postos de combustíveis. Sugeriu a conselheira a elaboração de estudos e legislação municipal sobre a colocação de antenas. O vereador João Fernando entregou cópia dos ofícios enviados ao Executivo local, juntamente com 80 (oitenta) assinaturas de moradores do Bairro Agenor de Lima, que questionam a instalação da antena. Lembrou que é do partido do governo municipal (PSDB), mas mantém sua posição contrária a esta autorização concedida, pois é favorável às decisões do governo, apenas quando acredita que tais decisões estejam certas. A conselheira Marília lembrou que há situações distintas que deveríamos observar: regras da Anatel, que seriam autorizativas e uma legislação municipal que criasse limitações às prestadoras de serviços. A moradora do Bairro Agenor de Lima



questionou como seria possível que ela estivesse sujeita à restrições e regras para construção na Secretaria de Obras e a instalação da antena de telefonia tenha ocorrido sem qualquer tipo de restrição. A conselheira Marília sugeriu aproveitar parceria do Conselho com o Unifeg (Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé), para que os alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo pudessem colaborar nestes estudos. O vereador agradeceu a oportunidade e reforçou sua confiança nos trabalhos do Conselho. A presidente sugeriu ouvir o secretário de obras e desenvolvimento urbano, responsável pela autorização da instalação da antena no Bairro Agenor de Lima, antes de colocar o item da pauta para deliberação, o que todos concordaram. **c) Grades da Câmara Municipal (antigo fórum) – Execução de sentença;**

A presidente Ana Mascarenhas passou a palavra ao historiador Marcos David para que ele pudesse apresentar a demanda. O historiador, de posse da palavra, apresentou resumidamente a demanda, informando que uma sentença judicial teria ordenado a retirada das grades do entorno do bem tombado. Reforçou o historiador que a medida garantiria a fruição necessária. A presidente Ana Mascarenhas lamentou não ter chegado ao Conselho a cópia desta sentença, o que aproveitou para solicitar, de maneira a que a manifestação deste r. Conselho seja melhor fundamentada. **d) Tombamentos em processo: Palácio das Águias e Casa Vermelha;**

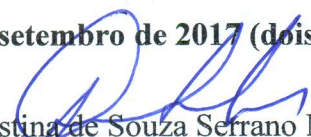
A presidente informou aos conselheiros presentes que reiterou solicitação à secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano para elaboração de documentação técnica que falta para finalizar o processo de tombamento do Complexo Palácio das Águias / Casa dos Elefantes, informou ainda que a primeira solicitação foi realizada no mês de agosto de 2015 (dois mil e quinze), estando pendente até os dias atuais, o que lamentou. Informou ainda que solicitará à consultoria Valore apoio na elaboração de tais documentos, de maneira a garantir a finalização deste processo, o que todos concordaram. A presidente passou a palavra ao historiador Marcos David que informou que o processo de tombamento da “Casa Vermelha”, imóvel localizado na Rua Dona Mariana, nº 11, Centro, foi finalizado e seu Tombamento foi aprovado em 10 de agosto de 2017, por este r. Conselho. Completou a presidente que, finalizado este processo, encaminharia ao DD. Prefeito Municipal de Guaxupé solicitação para publicação do Decreto competente, o que todos aprovaram e agradeceram. **e)**

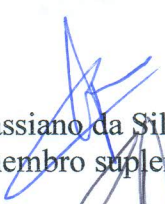
Orientações do IEPHA quanto aos bens de interesse patrimonial de Guaxupé; A presidente ressaltou que se aproxima o período de finalização dos documentos que deverão ser enviados ao IEPHA para efeitos de pontuação no ICMS Patrimonial. Para tanto, o IEPHA anualmente abre inscrições para participação dos técnicos de setor e demais interessados, na Rodada do ICMS Patrimônio Cultural. Passada a palavra ao historiador e conselheiro Marcos David, ele informou aos presentes resumidamente sobre o aprendizado adquirido em sua

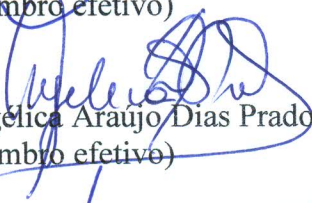


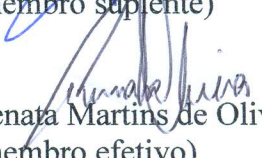
participação, representando o Conselho de Guaxupé, na Rodada do ICMS Patrimônio Cultural 2017, em Belo Horizonte, o que todos elogiaram e agradeceram. **f) Livro comemorativo dos 65 anos da Festa das Orquídeas;** A presidente Ana Mascarenhas questionou o andamento sobre a elaboração do Livro Comemorativo dos 65 anos da Festa das Orquídeas. A conselheira Angélica Prado solicitou apoio na elaboração do edital para contratação dos serviços de edição e impressão. A presidente comprometeu-se a solicitar ao conselheiro Paulo Ribeiro, do Departamento de Comunicação, apoio neste sentido, lamentando que talvez não se consiga, em razão do tempo, a publicação da referida obra este ano. **g) Evento para entrega de certificados das Companhias de Folias de Reis (bem registrado - estadual);** A presidente Ana Mascarenhas informou que chegaram alguns certificados dos foliões cadastrados como Companhia de Folias de Reis do Estado de Minas Gerais, sugerindo que a entrega seja realizada no evento Comenda Dr. Juquita. O conselheiro Cassiano Silva informou que em 23 de dezembro será entregue o certificado de participação do município. Alertou que nem todos os foliões cadastrados terão seus certificados disponíveis e, para evitar desconforto, sugeriu que todos os certificados sejam encaminhados ao município para, só então, se pensar em um evento para a entrega, o que todos compreenderam e concordaram. **h) Cadastro dos tocadores e fazedores de Viola (bem registrado – estadual);** O historiador e conselheiro Marcos David informou sobre o período de abertura de prazo para inscrições de violeiros e fazedores de viola. Informou ainda que o município de Guaxupé contava com 3 (três) inscrições, o que todos parabenizaram. **i) Projeto luminotécnico;** A presidente informou que solicitou parecer sobre o Projeto Luminotécnico para os bens tombados de Guaxupé à consultoria Valore, mas até a presente data não havia recebido resposta, o que lamentou a todos. **j) Consultoria Valore;** Ainda sobre a consultoria contratada, a presidente informou aos presentes que solicitou o estado da arte das ações contratadas à referida empresa. Informou que o consultor Felipe Santana respondeu que todos os serviços contratados serão entregues em novembro, início de dezembro, quando a documentação deverá ser enviada ao IEPHA. A presidente participou aos presentes sua preocupação com a dificuldade de comunicação dos historiadores, técnicos de setor, com os profissionais contratados, revelando esperar que as dificuldades sejam superadas, a bem do bom andamento dos trabalhos. **k) Intervenção em túmulo centenário;** A presidente apresentou aos conselheiros as fotos encaminhadas ao Conselho com relatório final da intervenção ocorrida em túmulos centenários no Cemitério Municipal “Luiz Smargiassi”. Tratou-se de intervenção em túmulos dos fundadores do município, Família Ribeiro do Valle, com obras tumulares de relevância artística que exigiu acompanhamento deste conselho. Todos os conselheiros mostraram-se

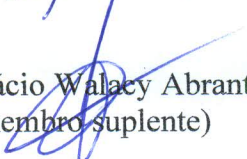
satisfeitos com o resultado da intervenção que atendeu às necessidades da família, preservando a arte tumular. **I) Outras questões a critério dos Conselheiros/ informes diversos.** A presidente informou aos conselheiros que agendará nova reunião no início do próximo mês para deliberar sobre a Antena de Telefonia instalada no Bairro Agenor de Lima e demais demandas encaminhadas a este r. Conselho, o que todos concordaram. A presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pela Presidente que dirigiu os trabalhos, a redigiu e lavrou; e pelos que estiveram presentes na qualidade de conselheiros. **Guaxupé, 05 (cinco) dias do mês de setembro de 2017 (dois mil e dezessete).**

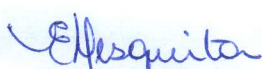

Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas
(membro efetivo)

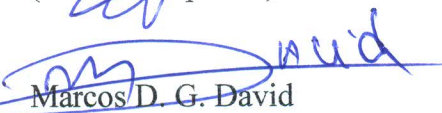

Cassiano da Silva
(membro suplente)


Angélica Araújo Dias Prado
(membro efetivo)


Renata Martins de Oliveira
(membro efetivo)


Inácio Walacy Abrantes de Sales
(membro suplente)


Elza de Mesquita
(membro efetivo)


Marcos D. G. David
(membro suplente)

Marília Fernandes Gonçalves
(membro suplente)

Alexsandra Gomes S. dos Santos
(membro efetivo)

Thelma Marino de Jesus Teixeira
(arquiteta)

João Fernando de Souza
(vereador e morador do Bairro Agenor de Lima)

Edgard
(morador do Bairro Agenor de Lima)

Sonia
(moradora do Bairro Agenor de Lima)

Ata da 7ª (sétima) reunião ordinária do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Guaxupé, Minas Gerais. Aos 4 (quatro) dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às 9:00h (nove horas), reuniram-se na sede do CDMPHC (localizada no Museu Municipal – Rua Cel. Antônio Costa, 55 (cinquenta e cinco)), os membros do CDMPHC/Guaxupé, a saber: a presidente do Conselho, Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas (membro efetivo); Angélica Araújo Dias Prado (membro efetivo); Marcos D. G. David (membro suplente); Inácio Walacy Abrantes de Sales (membro suplente); Cassiano da Silva (membro suplente); Renata Martins de Oliveira (membro efetivo); Marília Fernandes Gonçalves (membro suplente), Denise Fátima Mariano dos Santos (membro efetivo), Eliton Israel Pereira (membro efetivo) e o consultor da empresa Valore, Felipe Santana. Todos os conselheiros foram devidamente convocados por *WhatsApp* e e-mail (mediante confirmação de recebimento) para esta reunião, que atingiu, portanto, o *quórum* estabelecido pelo regimento do Conselho. A presidente, Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas agradeceu a presença de todos e fez a leitura da Ata da reunião anterior, que foi assinada por todos os presentes. A presidente apresentou aos conselheiros o consultor Felipe Santana, representante da empresa Valore – assessoria e consultoria técnica na área de patrimônio cultural. Aproveitou a oportunidade, a presidente, para agradecer o trabalho que tem sido desenvolvido pela consultoria. Em seguida, a presidente Ana Mascarenhas apresentou a pauta para aprovação: **a) Pedido de Demolição da antiga Escola Arco-Íris e adjacentes; b) Projeto luminotécnico; c) Nova solicitação de apoio financeiro pela Fundação José Gonela; d) Pedido de demolição do imóvel localizado na Rua Francisco Vieira do Valle, nº 194; e) Instalação de Torre de Telefonia no entorno de Bem Tombado; f) Projeto de intervenção: antiga Polenghi; g) Prestação de contas: Reforma dos telhados e pintura de bens tombados. h) Outras questões a critério dos Conselheiros/informes diversos.** Aprovada a pauta a presidente deu início às discussões. **a) Pedido de Demolição da antiga Escola Arco-Íris e adjacentes;** A presidente informou que foi recentemente contatada pelo escritório do proprietário do imóvel onde foi a Escola Arco-Íris, quando foi novamente questionada sobre a posição do Conselho sobre o pedido de demolição de seu imóvel. Recordou a presidente que a decisão havia ficado pendente por falta de parecer técnico. O historiador Marcos David alertou que o barracão foi da Mogiana, e, por esta razão, deveria ser preservado. Afirmou ainda o historiador que os demais imóveis constantes do pedido de demolição não possuem relevância histórica que exigisse preservação. A conselheira Renata Oliveira reforçou que o barracão deverá ser preservado. O consultor da empresa Valore, Felipe Santana, orientou que o Conselho solicitasse o projeto de edificação

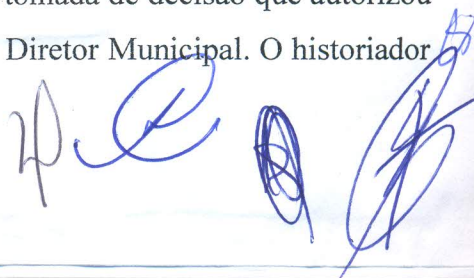
para saber o que pretendiam construir. A presidente Ana Mascarenhas receu que solicitar o projeto futuro como condição para deliberação possa ser uma ação demasiado invasiva do Conselho. A conselheira Marília Fernandes concordou com a posição da presidente. Colocada a questão em votação, o Conselho deliberou pela exigência da manutenção do barracão, em razão de sua relevância histórica, por ter pertencido à Mogiana. Deliberou ainda o Conselho pela recomendação ao proprietário que a futura edificação deverá estar em harmonia com o entorno do Bem Tombado Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Antiga Estação Ferroviária de Guaxupé (FEPASA/ Parque Municipal Mogiana).

b) Projeto luminotécnico; A presidente informou que acompanhou, juntamente com a conselheira Denise Santos e o conselheiro Eliton Pereira, os técnicos que vieram conhecer o patrimônio histórico e cultural de Guaxupé com o objetivo de elaborarem o orçamento para o Projeto Luminotécnico dos Bens Tombados de Guaxupé. Informou ainda que o resultado da visita técnica ainda não foi encaminhado ao Conselho, o que aguardam.

c) Nova solicitação de apoio financeiro pela Fundação José Gonela; A presidente informou aos conselheiros que será encaminhado ao Conselho do Patrimônio nova solicitação de apoio financeiro para manutenção do prédio do bem tombado Fundação José Gonela (Academia de Comércio São José), o que aguarda a formalização. A conselheira Angélica Prado informou que há dificuldades em executar o repasse de verbas, tendo em vista a nova legislação, nomeadamente o Marco Regulatório. O conselheiro e historiador Marcos David informou que o IEPHA possui um canal livre para tirar dúvidas e recomendou sua utilização, em caso de dúvidas.

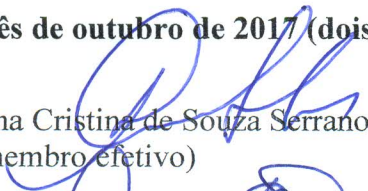
d) Pedido de demolição do imóvel localizado na Rua Francisco Vieira do Valle, nº 194; A presidente Ana Mascarenhas informou que o Conselho recebeu solicitação para demolição de imóvel, sendo que este Conselho já autorizou o processo de tombamento do referido imóvel. O historiador Marcos David solicitou que seja autorizada sua entrada no imóvel para registro fotográfico, antes de o Conselho responder ao atual proprietário e requerente no pedido de demolição, o que todos concordaram.

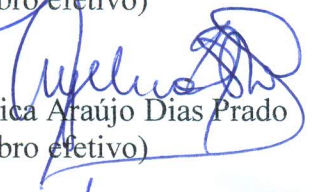
e) Instalação de Torre de Telefonia no entorno de Bem Tombado; A presidente Ana Mascarenhas lembrou que na última reunião ficou pendente de deliberação a demanda quanto à instalação de Torre de Telefonia no Bairro Agenor de Lima, área inserida no perímetro protegido como área de entorno de bem tombado, conforme legislação municipal. Informou ainda que a deliberação quanto a esta demanda ficou pendente em razão da ausência do secretário de obras e desenvolvimento urbano, Sr. Eliton Pereira, presente nesta reunião. A presidente, então, de imediato passou a palavra ao secretário para suas considerações. O conselheiro Eliton Pereira esclareceu que a tomada de decisão que autorizou a instalação da referida torre obedeceu às diretrizes do Plano Diretor Municipal. O historiador

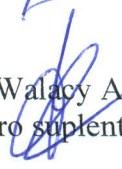



Marcos David atentou para a necessária mudança na relação comunidade *versus* Secretaria de Obras, para que as informações sejam melhor divulgadas e os equívocos sejam sanados. A presidente tomou a palavra para colocar o item da pauta em votação, face ao quórum de membros efetivos presentes. Como resultado, 3 (três) votos pela retirada da antena e 2 (dois) votos pela permanência, em que pese a presidente ter orientado que não se trata apenas de deliberação com fundamento em convicções, mas com fundamento na legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural, que estabelece que no entorno de bem tombado não haverá edificação ou qualquer intervenção sem aprovação deste Conselho. Por maioria, o Conselho deliberou pela retirada da Antena de Telefonia da área de entorno de bem tombado, no Bairro Agenor de Lima. **f) Projeto de intervenção: antiga Polenghi;** A presidente Ana Mascarenhas passou a palavra à conselheira Denise Santos para que ela apresentasse o projeto de intervenção na antiga Polenghi. Informou a conselheira que a área foi decretada como de Utilidade Pública. Os conselheiros passaram a analisar o projeto. A conselheira Marília observou que menos de 20% (vinte por cento) da área construída será preservada. Ressaltou o conselheiro e historiador Marcos David a exigência de registro histórico da intervenção, tendo em vista tratar-se de um Patrimônio Industrial de relevância. A conselheira Denise Santos informou que o projeto foi amplamente debatido pelo CODEMA, onde foi aprovado. A conselheira Marília questiona a autorização da demolição com objetivo de aproveitar a área para nova edificação, sem observar a legislação ambiental em vigor. A presidente Ana Mascarenhas alertou que o projeto, para o Patrimônio, não é uma revitalização e sim um demolição e, como tal, deveria observar as restrições para edificação impostas pelo PDM. Os conselheiros Marília Gonçalves e Marcos David ameaçaram judicializar caso o projeto venha a ser aprovado nos termos apresentado. A presidente Ana Mascarenhas lembrou o caso da “Casa da Vó Maria”, onde o projeto apresentado era de demolição e não uma revitalização ou restauração e, por este motivo, foi solicitado novo projeto ao proprietário, devendo neste caso, o Conselho decidir de forma análoga, considerando a relevância histórica da Polenghi para a cidade de Guaxupé. A conselheira Denise Santos comprometeu-se a agendar uma nova reunião com os proprietários. A conselheira Marília Fernandes observou ainda que nas diretrizes apresentadas para elaboração do projeto não consta nada sobre o projeto ter que passar pelo Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural de Guaxupé. A presidente Ana Mascarenhas suspendeu a deliberação, até que novo projeto, considerando nas diretrizes o Patrimônio, seja apresentado. **g) Prestação de contas: Reforma dos telhados e pintura de bens tombados.** A presidente passou a palavra à conselheira Denise Santos para prestar contas sobre a reforma dos telhados e pintura dos bens tombados: prefeitura municipal (antigo

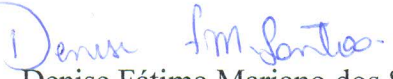
Banco do Brasil) e Teatro Municipal (antigo Hotel Cobra). A conselheira informou sobre o desenvolvimento da intervenção nos bens e apresentou aditivos ao contrato, que foram todos aprovados. **h) Outras questões a critério dos Conselheiros/ informes diversos.** A presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pela Presidente que dirigiu os trabalhos, a redigiu e lavrou; e pelos que estiveram presentes na qualidade de conselheiros. **Guaxupé, 04 (quatro) dias do mês de outubro de 2017 (dois mil e dezessete).**



Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas
(membro efetivo)

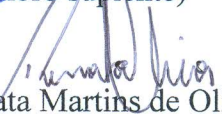

Angélica Araújo Dias Prado
(membro efetivo)

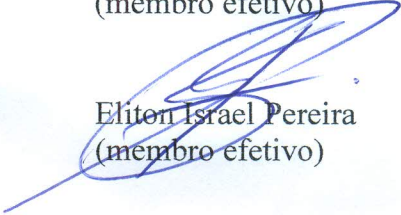

Inácio Walacy Abrantes de Sales
(membro suplente)


Marcos D. G. David
(membro suplente)


Denise Fátima Mariano dos Santos
(membro efetivo)


Cassiano da Silva
(membro suplente)


Renata Martins de Oliveira
(membro efetivo)

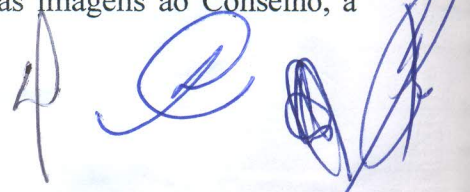

Eliton Israel Pereira
(membro efetivo)

Marília Fernandes Gonçalves
(membro suplente)

Felippe Santana
(consultor da empresa Valore)

Ata da 8ª (oitava) reunião ordinária do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Guaxupé, Minas Gerais. Aos 16 (dezesseis) dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às 9:00h (nove horas), reuniram-se na sede do CDMPHC (localizada no Museu Municipal – Rua Cel. Antônio Costa, 55 (cinquenta e cinco), os membros do CDMPHC/Guaxupé, a saber: a presidente do Conselho, Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas (membro efetivo); Angélica Araújo Dias Prado (membro efetivo); Marcos D. G. David (membro suplente); Inácio Walacy Abrantes de Sales (membro suplente); Cassiano da Silva (membro suplente); Renata Martins de Oliveira (membro efetivo); Marília Fernandes Gonçalves (membro suplente), Denise Fátima Mariano dos Santos (membro efetivo), Eliton Israel Pereira (membro efetivo), o arquiteto José Eduardo Mazzilli e o Padre Reginaldo. Todos os conselheiros foram devidamente convocados por *WhatsApp* e e-mail (mediante confirmação de recebimento) para esta reunião, que atingiu, portanto, o *quórum* estabelecido pelo regimento do Conselho. A presidente, Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas agradeceu a presença de todos e fez a leitura da Ata da reunião anterior, que foi assinada por todos os presentes. Em seguida, a presidente Ana Mascarenhas apresentou a pauta para aprovação: **a) Projeto luminotécnico; b) Projeto de readequação litúrgica no bem tombado Catedral Nossa Senhora das Dores; c) Intervenção na fachade de imóvel localizado na Rua Padre João José, nº 304; d) Nova composição do Conselho; e) Prestação de contas: consultoria Valore; f) Educação Patrimonial nas escolas; g) Outras questões a critério dos Conselheiros/ informes diversos.** Aprovada a pauta a presidente deu início às discussões. **a) Projeto luminotécnico;** A presidente Ana Mascarenhas informou que foi encaminhado ao Conselho o orçamento para elaboração do Projeto Luminotécnico para todos os bens tombados de Guaxupé. Informou a presidente que o valor total apresentado pelos profissionais que fizeram o orçamento, depois de visitarem Guaxupé e seus bens tombados, foi de R\$ 854.802,50 (oitocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e dois reais e cinquenta centavos). Os conselheiros lamentaram que o Conselho não tenha esta verba disponível no FUNPATRI. A conselheira Denise Santos argumentou que irá buscar novo orçamento com outras empresas. A presidente Ana Mascarenhas agradeceu, reforçando a importância para o município de ter todos os seus bens tombados com iluminação de patrimônio, o que todos concordaram. **b) Projeto de readequação litúrgica no bem tombado Catedral Nossa Senhora das Dores;** O Padre Reginaldo, juntamente com o arquiteto José Eduardo Mazzilli, apresentaram o projeto de Readequação Litúrgica. O Padre Reginaldo apresentou as justificativas para a intervenção. Informou que a Catedral foi terminada por fora, mas não por dentro. Informou ainda que cada padre que esteve na

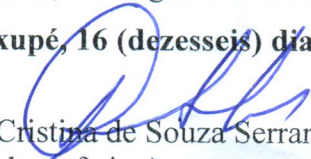
Catedral alterou conforme seu entendimento, sem que tenha havido um projeto arquitetônico. Informou que o ambão está no lado oposto da orientação litúrgica. A conselheira Marília Gonçalves questionou o local atual do ambão, afirmando que ele seria móvel. O Padre Reginaldo retomou a palavra, e informou que, quanto às capelas, não haveria harmonia e que pretendia criar esta harmonia com o projeto apresentado. Informou ainda o Padre que o projeto contemplaria também a retirada do “bolo de noiva”, referindo-se aos 3 (três) degraus assemelhados a um bolo de noiva existentes no altar. A conselheira Marília Gonçalves lembrou da Irmã Alaíde, uma freira arquiteta da CNBB. Informou a conselheira que quando a Catedral foi pintada, a irmã Alaíde orientou que as capelas não fossem pintadas, exatamente para evidenciar a necessidade de uma intervenção acertada e que, por este motivo, apenas as capelas na Catedral têm a cor azul. Ainda, informou a conselheira Marília Gonçalves, que a freira e arquiteta Irmã Alaíde já teria orientado a retirada do “Bolo de Noiva”. A conselheira Marília Gonçalves sugeriu, ainda, que o Padre Reginaldo falasse com os técnicos da CNBB para apresentar o projeto. O conselheiro Inácio Sales questionou a necessidade da retirada da parede de mármore que fica no fundo do altar. A conselheira Marília Fernandes questionou a possibilidade de retirar a parede de mármore sem quebrá-lo, pois trata-se de mármore carrara. A conselheira Renata Oliveira lembrou que seria interessante resgatar a história, de maneira a manter o necessário, sem trocar tudo. A conselheira Marília Gonçalves comentou que o Cristo de bronze tem um significado litúrgico, pois o bronze cria zinabre com o tempo e, no período da Páscoa, ele deveria ser retirado e limpo, simbolizando a renovação celebrada na ressurreição. **A presidente Ana Mascarenhas informou que irá submeter o projeto ao estudo dos conselheiros e enviará as recomendações ao Padre Reginaldo. O historiador Marcos David** ressaltou a importância da readequação litúrgica, exemplificando a necessidade da retirada do “Bolo de Noiva”. Padre Reginaldo agradeceu a oportunidade de apresentar o projeto e solicitou urgência na análise, tendo em vista que em fevereiro ou março de 2018 (dois mil e dezoito) gostaria que a intervenção já tivesse sido realizada, pois receberá a visita da equipe de Roma, em razão do Processo de Beatificação de Dom Inácio Del Monte. Acreditaria que, a partir desta data, teria início as peregrinações. A presidente Ana Mascarenhas agradeceu a participação do Padre Reginaldo e do arquiteto José Eduardo Mazzilli, deixando-os à vontade para se retirarem da reunião, passando ao próximo item da pauta. **c) Intervenção na fachada de imóvel localizado na Rua Padre João José, nº 304;** A presidente lembrou que esta demanda já foi analisada pelo Conselho e ficou pendente, pois foi solicitada uma imagem no projeto, para que os conselheiros tivessem a ideia de como ficaria o imóvel após a intervenção apresentada. Encaminhadas as imagens ao Conselho, a

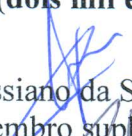


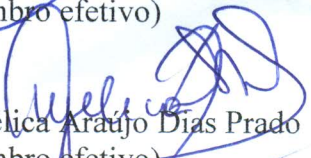
presidente apresentou-as aos conselheiros. O historiador Marcos David comentou que o projeto parece atender a volumetria e os interesses do proprietário. Em votação, por unanimidade os conselheiros deliberaram pela aprovação do projeto apresentado. **d) Nova composição do Conselho;** A presidente Ana Mascarenhas informou que o atual Conselho atuará até o próximo dia 27 de novembro. Em 28, será realizada uma reunião para o empossamento do novo Conselho. Solicitou aos presentes sugestões de nomes para encaminhar ao DD Prefeito de Guaxupé, para que sejam nomeados conselheiros na próxima gestão: 2017-2019 (dois mil e dezessete a dois mil e dezenove). A conselheira Marília Gonçalves indicou os seguintes nomes: arquiteto João Francisco Pasqua, Advogado Augusto Bacelar e a artesã Camila Ribeiro Gabriel. A presidente Ana Mascarenhas indicou os seguintes nomes: Artur Fernandes Gonçalves Filho, que como Secretário de Governo poderia garantir a execução das ações deliberadas pelo Conselho, Dr. Heber Hamilton Quintela, vice-prefeito de Guaxupé e grande defensor do Patrimônio, que seria como um padrinho para o Conselho, considerando o respeito que a comunidade tem por sua pessoa e seu trabalho; e Cristina Cruvinel, como elo entre o Conselho e a Secretaria de Educação. Não havendo mais indicações, a presidente comprometeu-se a encaminhar os nomes ao DD Prefeito Municipal, Sr. Jarbas Correa Filho, para análise. **e) Prestação de contas: consultoria Valore;** A presidente Ana Mascarenhas relatou aos conselheiros sua preocupação com a consultoria Valore. Lamentou a presidente as dificuldades de comunicação entre os técnicos de setor do município, os historiadores e conselheiros Marcos David e Inácio Sales, que conhecem e tem desempenhado com louvor o papel de preenchimento dos quadros e envio da documentação ao IEPHA e, por outro lado, a empresa de consultoria Valore. Informou a presidente que receia que estejam duplicando trabalho, em prejuízo de outras ações que poderiam estar desenvolvendo em conjunto, de maneira a garantir pontuação do município no ICMS Patrimônio Cultural. Informou os conselheiros sua preocupação, desejando que os impasses seja definitivamente sanados. **f) Educação Patrimonial nas escolas;** A presidente informou aos presentes que a parceria do Conselho com a Secretaria de Educação tem sido muito produtiva. Informou que na semana 13 (treze) a 17 (dezessete) de novembro, os historiadores estiveram na Escola "Queridinha", em uma ação de Educação Patrimonial e, na semana 20 (vinte) a 24 (vinte e quatro) de novembro, os historiadores estarão na Escola Nossa Senhora Aparecida. A presidente agradeceu o trabalho dos historiadores, ressaltando a importância de ações de educação patrimonial para a conscientização da comunidade para a preservação do patrimônio histórico e cultural de Guaxupé. Informou ainda, a presidente, que este trabalho terá continuidade no próximo ano letivo. **g) Outras questões a critério dos Conselheiros/**

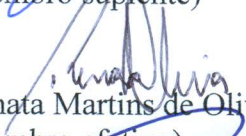
informes diversos. A presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pela Presidente que dirigiu os trabalhos, a redigiu e lavrou; e pelos que estiveram presentes na qualidade de conselheiros.

Guaxupé, 16 (dezesseis) dias do mês de novembro de 2017 (dois mil e dezessete).


Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas
(membro efetivo)

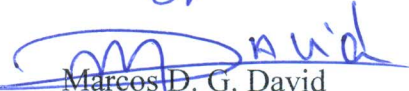

Cassiano da Silva
(membro suplente)


Angélica Araújo Dias Prado
(membro efetivo)

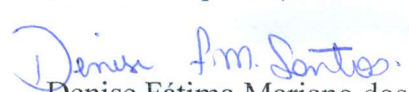

Renata Martins de Oliveira
(membro efetivo)



Inácio Walacy Abrantes de Sales
(membro suplente)


Eliton Israel Pereira
(membro efetivo)


Marcos D. G. David
(membro suplente)

Marília Fernandes Gonçalves
(membro suplente)


Denise Fátima Mariano dos Santos
(membro efetivo)


José Eduardo Mazzilli
(arquiteto)

Padre Reginaldo
(município interessado)

72

Ata da 9ª (nona) reunião ordinária do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Guaxupé, Minas Gerais. Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às 9:00h (nove horas), reuniram-se na sede do CDMPHC (localizada no Museu Municipal – Rua Cel. Antônio Costa, 55 (cinquenta e cinco)), os novos membros do CDMPHC/Guaxupé nomeados, ora empossados nesta data pelo DD Prefeito Municipal de Guaxupé, Sr. Jarbas Corrêa Filho, de acordo com a Portaria nº 301 (trezentos e um)/2017, datada de 27 (vinte e sete) de novembro de dois mil e dezessete. O novo Conselho ficou assim constituído: **Membros Efetivos:** Marcos Alexandre Costa Buled; Maria Amélia Chueiri Abranches; Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas; Heber Hamilton Quintella; Artur Fernandes Gonçalves; Camila Acosta Pereira Lima; e Renata Martins de Oliveira. **Membros Suplentes:** Cassiano da Silva; João Francisco Pasqua; Maria Inês Ribeiro do Valle; Eliton Israel Pereira; Denise de Fátima Mariano dos Santos; Inácio Walacy Abrantes de Sales; e Marcos Donizete Gomes David. Em seguida foi apresentada a pauta. **a) Eleição e posse do novo Presidente, Vice-Presidente e Secretário(a) do CDMPHC/Guaxupé; b) Informes diversos.** Os conselheiros, por aclamação, escolheram a Srª Renata Martins de Oliveira para Presidente, a Srª Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas para Vice-Presidente e a Srª Maria Amélia Chueiri Abranches para Secretária. **b) Informes diversos.** Ana Mascarenhas informou que na próxima reunião será ministrado um curso sobre Patrimônio Histórico e Cultural e atuação do Conselho Deliberativo. Agradeceu a todos a confiança e parceria nos trabalhos realizados enquanto presidente nos últimos 4 (quatro) anos, relatando seu amor e gratidão pela cidade de Guaxupé. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pela Vice-Presidente que dirigiu os trabalhos, a redigiu e lavrou; e pelos que estiveram presentes na qualidade de conselheiros. **Guaxupé, 28 (vinte e oito) dias do mês de novembro de 2017 (dois mil e dezessete).**

Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas
(membro efetivo)


X Marcos Alexandre Costa Buled
(membro efetivo)

Inácio Walacy Abrantes de Sales
(membro suplente)

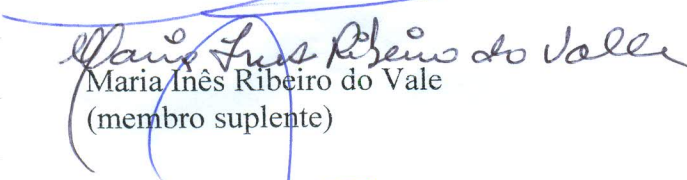
Cassiano da Silva
(membro suplente)

Renata Martins de Oliveira
(membro efetivo)

Eliton Israel Pereira
(membro suplente)

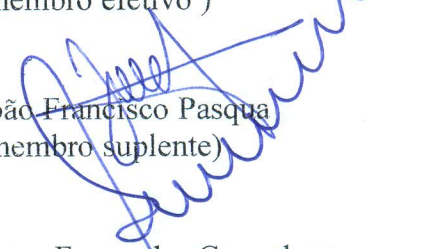

Marcos D. G. David
(membro supiente)

Maria Amélia Chueiri Abranches
(membro efetivo)


Maria Inês Ribeiro do Vale
(membro suplente)


Heber Hamilton Quintella
(membro efetivo)


Camila Acosta Pereira Lima
(membro efetivo)

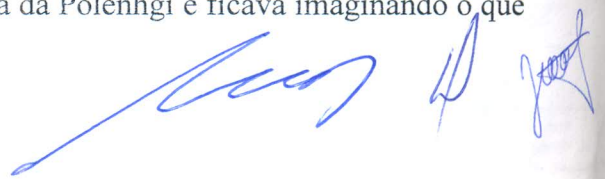

João Francisco Pasqua
(membro suplente)

Artur Fernandes Gonçalves
(membro efetivo)


Denise de F. Mariano dos Santos
(membro suplente)

Ata da 10ª (décima) reunião extraordinária do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Guaxupé, Minas Gerais. Aos 21 (vinte e um) dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às 9:00h (nove horas), reuniram-se na sede do CDMPHC (localizada no Museu Municipal – Rua Cel. Antônio Costa, 55 (cinquenta e cinco), os seguintes membros do CDMPHC/Guaxupé: Maria Amélia Chueiri Abranches (membro efetivo); Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas (membro efetivo); Artur Fernandes Gonçalves (membro efetivo); Camila Acosta Pereira Lima (membro efetivo); Renata Martins de Oliveira (membro efetivo); João Francisco Pasqua (membro suplente); Maria Inês Ribeiro do Valle (membro suplente); Eliton Israel Pereira (membro suplente); Denise de Fátima Mariano dos Santos (membro suplente); Marcos Donizete Gomes David (membro suplente e historiador do CDMPHC/Guaxupé) e o engenheiro civil Carlos Henrique Savagli (convidado). Todos os conselheiros foram devidamente convocados por *WhatsApp* e e-mail (mediante confirmação de recebimento) para esta reunião, que atingiu, portanto, o *quórum* estabelecido pelo regimento do Conselho. A presidente, Renata Martins de Oliveira agradeceu a presença de todos e fez a leitura da Ata da reunião anterior, que foi assinada por todos os presentes. Em seguida, a presidente Renata apresentou a pauta para aprovação. **a) – apresentação do Projeto de intervenção (reforma, revitalização e novas construções) de bem inventariado denominado Antigo Laticínio da Polenghi b) – atualização dos trabalhos técnicos sobre o Tombamento provisório do Conjunto Arquitetônico Palácio das Águias/Casa dos Elefantes.** Aprovada a pauta a presidente deu início às discussões. **a) – apresentação do Projeto de intervenção (reforma, revitalização e novas construções) de bem inventariado denominado Antigo Laticínio da Polenghi.** O engenheiro Carlos Henrique Savagli pediu a palavra e apresentou aos presentes o projeto de intervenção para o local onde abrigava as dependências do antigo Laticínio Polenghi. O projeto preve a construção de lojas comerciais e adaptação de galpões para serem utilizados para diversos fins. Disse que o rio que corta toda a propriedade não terá nenhum tratamento especial, ou seja, continuará poluído e sem proteção. Camila Acosta Pereira pediu a palavra e disse que era absurdo um empreendimento tão bem elaborado e caro financeiramente não ter previsto no projeto uma pequena estação para o tratamento de esgoto. Disse que como engenheira ambiental, tal preocupação se devia ao fato de que na época de poucas chuvas, os frequentadores do local seriam incomodados pelo mau cheiro do rio poluído. Uma vez que no projeto consta de estabelecimentos comerciais como restaurantes, etc. Disse que a construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto no local, iria valorizar o empreendimento, além de dar exemplo de empresa responsável pelo Meio Ambiente. Artur Fernandes Gonçalves, pediu a palavra e disse que o empresário que adquiriu a Antiga Polenghi, está engajado e que no futuro, seguindo recomendação técnica ira canalizar o rio que corta a propriedade, melhorando o aspecto do local, que devera abrigar salas de cinema, lojas, etc, e que a idéia é atrair pessoas para

frequentarem o local que é imenso e que pelo projeto da pra se notar que será um atrativo para a população e para os visitantes da região. Denise Mariano pediu a palavra e disse que a COPASA, que é a concessionária em Guaxupé para o tratamento e distribuição da água e coleta de esgoto não aceita a doação de ETE's construídas por terceiros e por isso não tinha como exigir nada. Eliton tomou a palavra e disse que a empresa que comprou todo a área da antiga Polenghi, apresentou o projeto dentro das diretrizes exigidas pela COPASA, que é a responsável pela rede de esgoto da cidade. Carlos Henrique Savagli retomou a palavra e disse que o empreendimento em questão traria muitos benefícios para o município. Ana Cristina Mascarenhas, pediu a palavra e disse que era importante o debate sobre essa iniciativa. E que o CDMPHC/Guaxupé, nunca foi um entrave para o progresso da cidade. E que tal atitude em discutir a fundo esse projeto em questão se deu da necessidade de se preservar os locais de memória e o patrimônio histórico industrial da cidade. Disse que a "Polenghi" teve uma importância na história social e econômica do município e que por isso sua história não poderia ser apagada. Carlos Henrique Savagli retomou a palavra e disse que no projeto esta previsto a restauração do prédio onde funcionava a Casa de Força. Disse que no local será instalado o "Memorial da Polenghi" e abrigara objetos, fotos e documentos da Antiga Polenghi. Marcos Donizete Gomes David, pediu a palavra e disse que, a propriedade da Polenghi foi desapropriada em 1989, (mil novecentos e oitenta e nove), através da lei municipal 1.071 (mil e setenta e um), de 10 (dez) de maio e colocada a venda desde 2.004 (dois mil e quatro). Neste período a Polenghi foi tema de diversas reclamações por parte da população pelo abandono e descaso de seus proprietários. Disse que a área é notadamente uma Área de Preservar Ambiental, e que talvez esse conceito é que criou dificuldade de se conseguir um investidor para revitalizar e dar um uso ao local que mede aproximadamente 20 mil metros quadrados. A preservação do patrimônio Industrial é um tema relativamente novo no Brasil. Foi somente em 1964 que o IPHAN passou a inventariar e tombou o conjunto de remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João no Rio de Janeiro. É a chamada arqueologia industrial e se vale para várias áreas do conhecimento, principalmente para a história social do trabalho. O que motivou o debate deste tema foi justamente o desmonte das ferrovias brasileiras construídas pelos ingleses, em sua maior parte e que a partir dos anos 1970 foram desativadas e seu patrimônio dilapidado. E disse que por acreditar nessa base de raciocínio, que recomendava a conservação, preservação e reconstituição da calçada personalizada com o nome POLENGHI (em pedras/mosaico português) existente em frente a fachada principal do antigo prédio. Algo simbólico para a história social do trabalho em Guaxupé. Talvez o único vestígio das antigas indústrias da cidade ainda em condições de se proteger. O conselheiro Artur Fernandes Gonçalves pediu a palavra e disse que realmente era muito oportuna a recomendação do historiador Marcos D G David, de se conservar a calçada, pois desde pequeno quando ia para a Chácara de seus avós, passava pela calçada da Polenghi e ficava imaginando o que



havia por detrás daqueles muros, uma vez que a indústria mantinha sempre os portões fechados. Disse que a calçada é na verdade o ícone maior da Polenghi e elogiou a proposta. A presidente Renata colocou a proposta de se preservar a calçada em votação e foi aprovada por todos os presentes. Em seguida, o engenheiro Carlos Henrique Savagli com a palavra disse que iria acrescentar no projeto essa mudança significativa para a preservação da memória histórica do local. A presidente Renata pediu para o engenheiro Carlos Henrique Savaglia que fornecesse o projeto da Polenghi para ser arquivado aqui no Museu Histórico de Guaxupé, o que foi prontamente atendida. Passou-se para o segundo item da pauta: **b) – atualização dos trabalhos técnicos obre o Tombamento provisório do Conjunto Arquitetônico Palácio das Águias/Casa dos Elefantes.** A conselheira Ana Cristina pediu a palavra e disse que os trabalhos técnicos para a conclusão do processo de tombamento provisório do **Conjunto Arquitetônico Palácio das Águias/Casa dos Elefantes**, estava praticamente pronto. E que foi enviado em 2015 (dois mil e quinze), memorando interno para a Secretaria de Obras e Urbanismo da Prefeitura de Guaxupé, para conclusão. E que devido a grande demanda de trabalhos daquela Secretária, o processo ainda constava de algumas pendências. Tais como: **Planta de situação com indicação do perímetro de entorno do tombamento, mínimo de 02 cortes, sendo um transversal e outro longitudinal e todas as fachadas, documentação cartográfica em escala definida pelas normas da ABNT: mapa localizando o município em Minas Gerais, preferencialmente com indicação de escala gráfica, planta baixa de cada pavimento do bem cultural (ressaltamos que se trata de 02 imóveis (Palácio das Águias e Casa dos Elefantes), planta da cobertura, planta de implantação com indicação do perímetro de tombamento e laudo de estado de conservação.** E disse que essa documentação era uma solicitação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), de acordo com a Resolução 02/2012 – CONEP – Lei Estadual 18.030/2009 – ICMS Cultural. O conselheiro e historiador Marcos D G David pediu a palavra e disse que embora 01 (um), dos imóveis (Palácio das Águias), encontrar-se em um péssimo estado de conservação, essas ruínas são um dos mais importantes e valorizados Bens Culturais da cidade e por isso sua proteção através de legislação legal é tão esperada pela população. O conselheiro Arthur Fernandes Gonçalves pediu a palavra e disse que o governo municipal e o prefeito Jarbas Correia Filho respeitam o posicionamento do CDMPHC/Guaxupé nas suas deliberações. Disse que é necessário sim a preservação do **Conjunto Arquitetônico Palácio das Águias/Casa dos Elefantes**, para a história do município. E que o município no momento não conta com verbas financeiras destinadas a desenvolver algum projeto no local. A conselheira Ana Cristina pediu a palavra e disse que a empresa de consultoria "Valore", que está prestando serviços técnicos para a Prefeitura de Guaxupé, na área de Patrimônio Histórico, assumira os trabalhos de tombamento do **Conjunto Arquitetônico Palácio das Águias/Casa dos Elefantes**, uma vez que está no contrato a




realização de 01 (um), processo de tombamento no município, indicado pelo CDMPHC/Guaxupé. O conselheiro Arthur Fernandes Gonçalves pediu a palavra e disse que iria entrar em contato com a "Valore", para solicitar os serviços. E que lhe fosse fornecido o e-mail da empresa. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pela Presidente que dirigiu os trabalhos, e pelo historiador Marcos Donizete Gomes David, que a redigiu e lavrou; e pelos que estiveram presentes na qualidade de conselheiros efetivos e suplentes. **Guaxupé, 21 (vinte e um) dias do mês de dezembro de 2017 (dois mil e dezessete).**

Maria Amélia Chueiri Abranches (membro efetivo) 

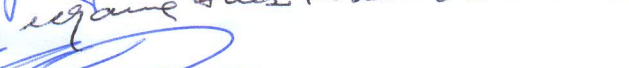
Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas (membro efetivo)

Artur Fernandes Gonçalves (membro efetivo)

Camila Acosta Pereira Lima (membro efetivo) 

Renata Martins de Oliveira (membro efetivo) 

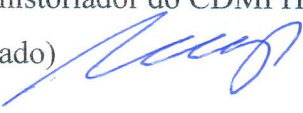
João Francisco Pasqua (membro suplente) 

Maria Inês Ribeiro do Valle (membro suplente) 

Eliton Israel Pereira (membro suplente) 

Denise de Fátima Mariano dos Santos (membro suplente) 

Marcos Donizete Gomes David (membro suplente e historiador do CDMPHC/Guaxupé) 

Carlos Henrique Savagli (engenheiro civil e convidado) 



Ata da 11ª (decima primeira) reunião ordinária do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Guaxupé, Minas Gerais. Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às 10:30h (dez horas e trinta minutos), reuniram-se na sede do CDMPHC (localizada no Museu Municipal – Rua Cel. Antônio Costa, 55 (cinquenta e cinco)), os seguintes membros efetivos do CDMPHC/Guaxupé: Marcos Alexandre Costa Buled; Maria Amélia Chueiri Abranches; Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas; Heber Hamilton Quintella; Artur Fernandes Gonçalves; Camila Acosta Pereira Lima; Renata Martins de Oliveira e o historiador e membro suplente, Marcos Donizete Gomes David. Todos os conselheiros foram devidamente convocados por *WhatsApp* e e-mail (mediante confirmação de recebimento) para esta reunião, que atingiu, portanto, o *quórum* estabelecido pelo regimento do Conselho. A presidente, Renata Martins de Oliveira agradeceu a presença de todos e fez a leitura da Ata da reunião anterior, que foi assinada por todos os presentes. Em seguida, a presidente Renata apresentou a pauta para aprovação. **a) – Tombamento provisório do Conjunto Arquitetônico Palácio das Águias/Casa dos Elefantes.** Aprovada a pauta a presidente deu início às discussões. A vice presidente e atual conselheira do CDMPHC/Guaxupé, Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas pediu a palavra e disse que estava muito satisfeita com a pauta da reunião, pois depois de 02 (dois) anos de muito trabalho e empenho da equipe técnica e dos conselheiros desse Conselho, os efeitos jurídicos do tombamento provisório do **Conjunto Arquitetônico Palácio das Águias/Casa dos Elefantes**, finalmente estava sendo colocado para votação. Disse que sua preocupação enquanto presidente do CDMPHC/Guaxupé, durante suas 02 (duas) gestões (2013 a 2017), o **Conjunto Arquitetônico Palácio das Águias/Casa dos Elefantes**, sempre foi prioridade sua proteção legal através de Decreto municipal, via tombamento, devido ser um dos mais importantes Bens Culturais do município. E também da ameaça de seu desaparecimento devido seu estado precário de conservação. Disse que o local, esta localizado em área central da cidade e será possível a Prefeitura de Guaxupé, locar algumas dependências do Conjunto Arquitetônico e desenvolver um projeto para a implantação de um Centro Regional de Educação Patrimonial, dando assim visibilidade e valorizando sua arquitetura singular e intrigante e ao mesmo tempo transforma-lo em produto turístico para a região. A presidente Renata em seguida cedeu a palavra para o historiador Marcos Donizete Gomes David. Disse que seu colega de trabalho e também historiador do CDMPHC/Guaxupé, Inácio Walacy Abrantes de Sales elaborou um resumo sobre a história e a importância do **Conjunto Arquitetônico Palácio das Águias/Casa dos Elefantes**, para conhecimento dos conselheiros e para que servisse de base para a votação do tombamento provisório, e passou a transcreve-lo: "O Palácio das Águias e a Casa dos Elefantes, ambas localizadas no coração da cidade (Rua Pereira do Nascimento, n. 108 e 104), respectivamente, com suas características arquitetônicas imponentes, chamam a atenção até dos transeuntes mais

distraídos. É impossível passar em frente aos dois prédios e não se vislumbrar com a imponência, singularidade e criatividade arquitetônica de ambos. A iniciativa de realizar o tombamento do conjunto dos dois imóveis, não surgiu agora. Pesquisando nos arquivos da Prefeitura de Guaxupé, constatamos que em fins 1987, o município enviou ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), um pedido para que o referido órgão, analisasse a possibilidade do tombamento na esfera estadual e também a restauração do Palácio das Águias e da Casa dos Elefantes. O pedido foi exposto aos membros do setor de Tombamentos e da Superintendência, sendo os monumentos enquadrados na lista de prioridades para tombamento. O IEPHA, então, no ano seguinte, enviou uma equipe composta por dois profissionais (uma arquiteta e um historiador), para analisar o estado de conservação das duas edificações, bem como fazer um levantamento histórico e arquitetônico de ambas. A arquiteta Elizabeth Sales de Carvalho, e o historiador Pedro Gaeta Neto, após a visita à cidade de Guaxupé, redigiram um relatório, recomendando o tombamento municipal do Palácio das Águias/Casas dos Elefantes como se segue: *“Achamos aconselhável o tombamento municipal do conjunto, obra relevante no quadro urbano e artístico local. Salientamos que as duas edificações podem ser diferenciadas no mesmo tombamento. É imprescindível que todo o Palácio das Águias seja tombado, considerando-se o interior tão necessário quanto o exterior, além de agenciamento, implantação, etc. Em relação à Casa dos Elefantes, o mesmo não acontece, devendo-se objetivar o tombamento a nível da fachada, volumetria e elementos artísticos e construtivos”*. Já em 04 de abril de 1989, o IEPHA, através da Sra. Ruth Villamarim Soares (Superintendente de Pesquisa, Tombamentos e Documentação), encaminhou o relatório supracitado, à Prefeitura de Guaxupé. Na ocasião, aventou-se a possibilidade de um convênio entre a Prefeitura e o IEPHA, visando a restauração dos dois bens culturais – iniciativa que acabou não se concretizando. Na sua correspondência, a Sra. Ruth Villamarim, sugeriu ainda que “a adoção de medidas preservacionistas com relação ao significativo acervo eclético de Guaxupé, seria possível através da realização do Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC), que igualmente seria viabilizado através de convênio”. E no final da sua correspondência, a Sra. Ruth Soares conclui: “reiteramos a necessidade de medidas que promovam a salvaguarda das duas edificações de características excepcionais, a saber: o Palácio das Águias e a Casa dos Elefantes”. Décadas mais tarde, precisamente em 2007, foi realizado o Inventário de Proteção do Acervo Cultural em Guaxupé (IPAC) e o Palácio das Águias e a Casa dos Elefantes, foram incluídos nessa ação, visando futuramente o tombamento do conjunto arquitetônico e conseqüentemente sua proteção legal. Quanto à história deste imponente conjunto arquitetônico, cabe destacar que o **“Palácio das Águias”** foi construído no ano de **1914** por José Fitti Puntel, filho de importante construtor italiano que havia recém-chegado de seu país. Fitti Puntel recebeu oferta do Conde Ribeiro do Valle para ir trabalhar em Guaxupé com seus filhos, muitos deles também construtores. José F. Puntel era casado

com Úrsula Puntel e tinha sete filhos. Eram eles: Úrsula, Maria Luigia, José Fitti, Celeste, Basílio, Oswaldo e Luiz. Todos eles viviam na residência, exceto pelo último destes que tardou mais para deixar a Itália e chegou a Guaxupé no início do século XX. José Fitti P. era especialista na arte de plasmar no gesso e na argamassa, e usou de toda sua sabedoria para criar as esculturas do Palácio das Águias. Ele construiu o imóvel para servir de residência a sua família. Posteriormente, na década de 1930, José Fitti Puntel projetou e construiu, junto à sua residência, outra edificação: a **“Casa dos Elefantes”**. Assim, este arquiteto italiano de origem austríaca deixou sua marca e seu legado na história da cidade de Guaxupé. Como demonstramos aqui, desde o final década de 1980, fala-se no tombamento do “Palácio das Águias/Casa dos Elefantes”, por ser grande referência para os moradores da cidade, que admiram muito suas características arquitetônicas. Apesar de uma das edificações – o Palácio das Águias – estarem em ruínas, ambas são objeto de curiosidade pela originalidade da sua arquitetura eclética, onde o tratamento aprimorado denota alta criatividade artesanal de seu construtor. O Palácio conta com cômodos dispostos de uma forma pouco convencional, pois se apresentam quase como um labirinto. No imaginário popular, existem ali várias passagens e saídas secretas, além de outras peculiaridades passíveis de serem percebidas apenas lá. Carregado de figuras quiméricas ou grotescas, como gárgulas, medusas, estátuas humanas, leões alados, águias alçando voo, e outras referências da cultura medieval, o edifício foi encarado pela população local como “mal assombrado construído por um entusiasta do fascismo, que possuía filhos com nomes de ditadores: Hitler, Franco e Mussolini, todos loucos”. Reza a lenda que opai era muito austero e tratava os filhos com bastante rigidez. Entretanto, segundo a Família Puntel, muitas das histórias que a população conhece a respeito dos Puntel e do Palácio das Águias, não são verdadeiras. Desta forma, os Puntel tentam desconstruir estas lendas urbanas envolvendo o Palácio das Águias que permeiam o imaginário popular. Os dois bens culturais objetos desta análise – notadamente o Palácio das Águias –, perderam algumas de suas características originais devido à ação degradante do tempo, e também devido às reformas e adaptações aos vários usos sequenciais a que foram submetidas. Mas mesmo assim, o conjunto se destaca dentro da arquitetura de Guaxupé, como obra de artista original e como exemplo da tendência estilística colocada pelo ecletismo. Todavia, sua importância extrapola o âmbito local, como se pode observar através de notícias e inquéritos periódicos que percebemos por parte de técnicos e leigos curiosos, além de adubar a imaginação da população para a criação de várias lendas urbanas. Cabe aqui destacar que, através desses dois patrimônios artísticos e culturais, foi possível inserir a cidade de Guaxupé na rota da imigração italiana para o Brasil, bem como realizar um resgate histórico dos usos e costumes desse povo que veio se somar ao povo brasileiro, influenciando, sobremaneira, a cultura do nosso país. Em outras palavras, os bens culturais objetos deste parecer, fornecem elementos suficientes para que possamos compreender um pouco mais da cultura dos imigrantes italianos, que começaram a

chegar no Brasil no último quartel do século XIX. Por tudo isso, as duas edificações supracitadas, aparecem elencadas no “Relatório de Patrimônio Cultural do Município de Guaxupé”, realizado em 2005 pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais/Promotoria de Justiça da Comarca de Guaxupé. Neste relatório, o MP/MG propõe a proteção dos dois bens patrimoniais, à nível municipal e estadual, pelo seu valor Cultural, Arquitetônico e Histórico. Assim, diante do exposto, considerando o conjunto arquitetônico “Palácio das Águias/Casa dos Elefantes”, exemplo valioso de arquitetura (estilo único no município), recomenda-se a proteção legal, via tombamento”. Os presentes ouviram atentamente a leitura do texto e em seguida votaram em unanimidade pelo tombamento do Conjunto Arquitetônico "Palácio das Águias/Casa dos Elefantes". Assim, ficou aprovado o processo de Tombamento, e a partir dessa data o Bem Cultural encontra-se então sob proteção do Tombamento provisório até a decisão final. A presidente pediu então para que fosse providenciado a publicação de Edital de Tombamento, para a notificação dos proprietários. Disse que serão dado o prazo de 15 (quinze) dias a partir da data da publicação do Edital, para impugnar ou anuir sobre o tombamento. Disse que o prazo de 15 (quinze) dias está estabelecido de acordo com o Decreto Lei Federal nº 25/37. Após esse periodo a equipe técnica responsável pelo processo de Tombamento encaminhará ao CDMPHC/Guaxupé para análise e deliberação do Tombamento definitivo do referido Conjunto Arquitetônico “Palácio das Águias/Casa dos Elefantes”. Deliberado o Tombamento, será providenciado então a sua inscrição no Livro de Tombo. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pela Presidente que dirigiu os trabalhos, e pelo historiador Marcos Donizete Gomes David, que a redigiu e lavrou; e pelos que estiveram presentes na qualidade de conselheiros efetivos. **Guaxupé, 28 (vinte e oito) dias do mês de dezembro de 2017 (dois mil e dezessete). Marcos Alexandre Costa Buled**

Maria Amélia Chueiri Abranches

Ana Cristina de Souza Serrano Mascarenhas

Heber Hamilton Quintella

Artur Fernandes Gonçalves

Camila Acosta Pereira Lima

Renata Martins de Oliveira

Marcos Donizete Gomes David,

(Historiador e membro suplente).